

TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Pós-Graduação em Fiscalidade

Código: 41214

Área Científica Predominante: Fiscalidade

Docente: Vicente Ferreira Ribeiro

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 24h Carga Trabalho: 956h

ECTS: 3,5

Objetivos

O presente programa visa o estudo aprofundado da tributação do património, habilitando os alunos com os conhecimentos e competências próprias que lhes permitam:

- Compreender as implicações da reforma da tributação do património ao nível das novas realidades sujeitas a imposto e implicações ao nível dos impostos sobre o rendimento;
- Caracterizar a tributação dos imóveis em sede de IMI, quantificando a correspondente base tributável e sistematizando os meios de reação associados à notificação do Valor Patrimonial Tributário;
- Determinar quem são os sujeitos passivos, o facto gerador, as isenções e as taxas de IMI;
- Conhecer as transmissões de imóveis sujeitas a IMT distinguindo a transmissão civil da transmissão fiscal, calculando a base tributável, sujeito passivo, taxas e isenções aplicáveis e obrigações a cumprir;
- Conhecer as novas realidades sujeitas a Imposto do Selo.

Resultados da Aprendizagem

No final desta unidade curricular os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar as operações tributáveis em cada um imposto sobre o património (IMI, IMT e IS) e as obrigações dos sujeitos passivos;
- Calcular o valor tributável em cada transação;
- Aplicar o novo mecanismo para o cálculo do Valor Patrimonial Tributário (VPT);
- Conhecer e compreender a tributação das transmissões gratuitas no Sistema Fiscal Português;
- Compreender a importância do VPT na tributação do rendimento e suas implicações;
- Saber aplicar a legislação, instruções administrativas e doutrina relativas à tributação do património;

- Formular e resolver problemas desenvolvendo e aplicando um raciocínio técnico e científico adequado;
- Utilizar métodos de investigação em matéria de tributação do consumo e património, para encontrar a legislação e doutrinal aplicável a problemas em concreto, com vista à sua resolução.

Conteúdos Programáticos

1. A tributação do património do Sistema Fiscal Português
2. Os objectivos, princípios e principais medidas da Reforma dos Impostos sobre o Património e suas implicações ao nível da tributação do rendimento.
3. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
 - 3.1. A Incidência real
 - 3.2. A incidência pessoal
 - 3.3. Facto Gerador do imposto e territorialidade
 - 3.4. As Isenções e benefícios fiscais
 - 3.5. Matrizes prediais: conceito, organização, inscrição e reclamação
 - 3.6. Objeto e tipos de avaliação na determinação do Valor Patrimonial Tributário (VPT)
 - 3.7. Reclamações e Impugnações da avaliação
 - 3.8. As taxas do Imposto
 - 3.9. Liquidação e Pagamento do imposto
 - 3.10. Obrigações dos sujeitos passivos
4. O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)
 - 4.1. A Incidência real
 - 4.2. A incidência pessoal
 - 4.3. Facto Gerador do imposto e territorialidade
 - 4.4. As Isenções e benefícios fiscais
 - 4.5. A determinação do Valor Tributável: regra geral e regras especiais
 - 4.6. As taxas e sua aplicação temporal
 - 4.7. Liquidação, cobrança e pagamento do imposto
 - 4.8. Obrigações e Garantias dos sujeitos passivos

4.9. Direito de preferência dos organismos públicos

5. O Imposto do Selo (IS)

5.1. A sujeição a IS das operações gratuitas:

5.1.1 - Incidência real, pessoal e encargo do imposto

5.1.2 – Territorialidade e incidência temporal

5.1.3 - Isenções

5.1.4 - Valor tributável e taxas (a tabela geral do IS)

5.1.5 - Competência para a liquidação

5.1.6 - Participação da transmissão de bens

5.1.7 - Liquidação e pagamento do imposto

5.1.8 - Fiscalização do Imposto

5.2. Outros atos e documentos sujeitos a IS:

5.2.1 - Incidência real, pessoal e encargo do imposto

5.2.2 – Territorialidade e incidência temporal

5.2.3 - Isenções

5.2.4 - Valor tributável e taxas (a tabela geral do IS)

5.2.5 - Competência para a liquidação

5.2.6 - Liquidação e pagamento do imposto

5.2.7 - Fiscalização do Imposto

Bibliografia Recomendada

Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Código do Imposto do Selo.

Estatuto dos Benefícios Fiscais.

FISCAL, 31ª Edição, Porto Editora

CARLOS, Américo Brás; ABREU, Irene; DURÃO, João Ribeiro; PIMENTA, Maria Emília (2013). Guia dos Impostos em Portugal, Edição Quid Juris.

MARQUES, Abílio (2007), “A Tributação do Património”, Almedina, Coimbra.

MARQUES, Abílio; JANUÁRIO, Mário (2003), “A Reforma da Tributação do Património – Aspectos fundamentais para as Empresas e seus TOC’s”, Revista da CTOC.

MATEUS, J. Silvério; FREITAS, L. Corvelo (2005). Os Impostos sobre o Património Imobiliário. O Imposto do Selo, Lisboa, Engifisco.

NASCIMENTO, Esmeralda; TRABULO, Márcia (2004), “Imposto Municipal sobre Imóveis – notas práticas”, Almedina, Coimbra.

NASCIMENTO, Esmeralda; TRABULO, Márcia (2004), “Imposto Municipal sobre as Transmissões”, Almedina, Coimbra.

PIRES, José Maria F. (2004), “Os Novos Factos Sujeitos a IMT”, DGCI – Centro de formação, Lisboa.

PIRES, José Maria F. (2012), “Lições de Impostos sobre o Património e do Selo” 2.ª Edição, Almedina, Lisboa.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

O estabelecimento do programa e a escolha dos métodos de ensino e avaliação dependem, em regra, dos objetivos a atingir. Assim, considerando que o propósito central desta disciplina é dar uma visão panorâmica da tributação do património, os pontos selecionados para a composição do programa da disciplina correspondem a um núcleo de matérias consideradas essenciais no âmbito das referidas áreas.

A abordagem e exposição dos vários conteúdos programáticos será orientada de modo a permitir a concretização dos objectivos identificados, sendo de salientar, de um modo geral, a compreensão dos principais problemas associados a cada temática, domínio dos conceitos-chave e conhecimento da tributação do património vigente em Portugal.

Assim, e estando em causa o objetivo de formar profissionais qualificados no domínio da Contabilidade e da Fiscalidade, o programa foi definido tendo por base, os objetivos que se pretendem alcançar, bem como, as competências a serem adquiridas pelos alunos.

Em cada um dos domínios de abordagem tem-se em vista o objetivo que visa o desenvolvimento de um espírito crítico e de iniciativa para que os alunos que exerçam ou venham a exercer atividade na área contabilístico-fiscal sejam capazes de identificar as melhores práticas e saber aplicá-las à realidade própria de cada entidade.

Métodos de Avaliação

No âmbito da Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de avaliação:

Realização de dois testes parciais, em que cada um deles estará sujeita a avaliação a matéria lecionada até à data do teste.

As ponderações serão as seguintes:

- 1.º teste: 50%. Data indicada no cronograma do curso;

- 2.º teste: 50%. Data indicada no cronograma do curso;

Para obter aprovação, o estudante terá que obter uma classificação final, resultante da ponderação dos 2 testes de, no mínimo, 9,5 valores.

Nas épocas de exames e especial, a avaliação resulta apenas de um exame (100%).

As restantes regras de avaliação obedecem ao previsto no Regulamento de Avaliação de Conhecimentos e Competências (RACC).